

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	73
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	731.481.274
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>731.481.274</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	9.242.466	9.259.959
1.01	Ativo Circulante	241.778	1.809.605
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.575	245.227
1.01.03	Contas a Receber	188.438	1.518.680
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	188.438	1.518.680
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	188.438	1.518.680
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.499	40.305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.499	40.305
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.453	4.899
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	813	494
1.01.08.03	Outros	813	494
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	264	215
1.01.08.03.02	Outros Créditos	549	279
1.02	Ativo Não Circulante	9.000.688	7.450.354
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.726.640	298.958
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	14	17
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.676.436	250.388
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	1.676.436	250.388
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	50.190	48.553
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	6.067	6.290
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	34.664	30.453
1.02.01.10.05	Instrumento Financeiro Derivativo	9.459	11.810
1.02.02	Investimentos	7.212.438	7.105.352
1.02.02.01	Participações Societárias	7.212.438	7.105.352
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.212.438	7.105.352
1.02.03	Imobilizado	20.486	5.959
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.134	5.959
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.352	0
1.02.04	Intangível	41.124	40.085
1.02.04.01	Intangíveis	41.124	40.085

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	9.242.466	9.259.959
2.01	Passivo Circulante	385.902	745.715
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.576	19.742
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.576	19.742
2.01.02	Fornecedores	5.684	4.673
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.684	4.673
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.323	21.460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.234	25.407
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.868	1.913
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.868	1.913
2.01.04.02	Debêntures	27.366	23.494
2.01.05	Outras Obrigações	332.085	674.433
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	321.220	664.886
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	318.798	664.886
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.422	0
2.01.05.02	Outros	10.865	9.547
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.860	4.199
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	4.731	5.348
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	3.274	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.482.489	2.054.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.812.555	1.807.914
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	193.210	193.740
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.210	193.740
2.02.01.02	Debêntures	1.619.345	1.614.174
2.02.02	Outras Obrigações	669.909	246.597
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	641.564	243.112
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	641.564	243.112
2.02.02.02	Outros	28.345	3.485
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	47
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	22.086	549
2.02.02.02.05	Instrumento financeiro derivativo	0	2.889
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.259	0
2.02.04	Provisões	25	222
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25	222
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.374.075	6.459.511
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.377.934	1.576.405
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.222.709	1.421.180
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-85.436	-198.471
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	-6	-6	0	0
3.03	Resultado Bruto	-6	-6	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.236	-42.675	-52.593	-36.854
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.211	-12.828	-1.907	-5.422
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.048	-12.490	-613	-3.884
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-163	-338	-1.294	-1.538
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.279	1.417	341	1.000
3.04.05.01	Tributárias	-7	-28	-49	-117
3.04.05.03	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	1.286	1.445	390	1.117
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.304	-31.264	-51.027	-32.432
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-24.242	-42.681	-52.593	-36.854
3.06	Resultado Financeiro	-19.948	-42.755	-17.039	-40.177
3.06.01	Receitas Financeiras	32.411	71.959	58.965	95.308
3.06.01.01	Receitas Financeiras	32.411	71.959	58.965	95.308
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.359	-114.714	-76.004	-135.485
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-57.592	-115.207	-50.117	-108.135
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	5.233	493	-25.887	-27.350
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-44.190	-85.436	-69.632	-77.031
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-44.190	-85.436	-69.632	-77.031
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-44.190	-85.436	-69.632	-77.031
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,06040	-0,11680	-0,09540	-0,10580

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-44.190	-85.436	-43.915	-77.031
4.03	Resultado Abrangente do Período	-44.190	-85.436	-43.915	-77.031

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.543	218.811
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.300	1.990
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-85.436	-77.031
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	783	256
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	3.622	30.275
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	64.976	64.998
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-26.718	-28.179
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	446	0
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	26	70
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	8.310	4.805
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	1.427	-25.639
6.01.01.17	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	3
6.01.01.18	Equivalência patrimonial	31.264	32.432
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	988	216.821
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	802	225.983
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-551	606
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	1.957	-451
6.01.02.07	Outros Créditos	-270	-276
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	223	-48
6.01.02.11	Fornecedores	915	2.670
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	2.422	-298
6.01.02.13	Cauções Contratuais	0	-88
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-3.166	-9.285
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-680	2.231
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-223	-72
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-441	-4.151
6.01.03	Outros	-3.231	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-3.231	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-147.266	-102.245
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-6.584	-691
6.02.02	Adições ao Intangível	-6.072	-6.615
6.02.05	Adições ao investimentos	-363.000	-413.600
6.02.09	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	13.783	30.669
6.02.10	Recebimento de Dividendos	214.607	287.992
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-90.843	-423.800
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	0	-72.400
6.03.04	Pagamentos empréstimo - juros	-4.205	-9.979
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-2.582	-5.114
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-215.500	0
6.03.08	Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	166.775	0
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	50.000	-61.500
6.03.11	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - principal	-17.149	-123.663
6.03.12	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	-11.351	-96.452
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	-56.831	-54.692

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-241.652	-307.234
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	245.227	468.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.575	161.646



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-85.436	0	0	-85.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-85.436	0	-85.436
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-85.436	85.436	0	0
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	-85.436	85.436	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.292.498	0	-22.271	6.374.075

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.04	Transações de Capital com os Sócios	56.379	0	0	0	0	56.379
5.04.01	Aumentos de Capital	56.379	0	0	0	0	56.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.031	0	-77.031
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.031	0	-77.031
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.576.405	-77.031	-22.271	6.580.951

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	1.446	1.117
7.01.02	Outras Receitas	1.446	1.117
7.01.02.02	Outras	1.446	1.117
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.592	-1.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.440	-772
7.02.04	Outros	-152	-603
7.02.04.04	Outros	-152	-603
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.146	-258
7.04	Retenções	-8.310	-4.805
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.310	-4.805
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.456	-5.063
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.188	35.526
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-31.264	-32.432
7.06.02	Receitas Financeiras	71.959	95.308
7.06.03	Outros	493	-27.350
7.06.03.04	Outros	493	-27.350
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.732	30.463
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.732	30.463
7.08.01	Pessoal	926	-795
7.08.01.01	Remuneração Direta	865	-1.112
7.08.01.02	Benefícios	41	30
7.08.01.03	F.G.T.S.	20	287
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.685	4.661
7.08.02.01	Federais	4.685	4.659
7.08.02.02	Estaduais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.251	70.106
7.08.03.01	Juros	69.106	67.995
7.08.03.02	Aluguéis	0	33
7.08.03.03	Outras	5.145	2.078
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	3.221	0
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	1.924	2.078
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-85.436	-77.031
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-85.436	-77.031
7.08.05	Outros	36.306	33.522
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	36.306	33.522

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	15.395.721	15.169.456
1.01	Ativo Circulante	1.257.335	1.331.976
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	946.893	1.038.259
1.01.03	Contas a Receber	160.741	141.640
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	160.741	141.640
1.01.03.02.01	Contas a Receber	160.453	140.822
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	288	818
1.01.04	Estoques	15.429	18.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	84.365	97.305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	84.365	97.305
1.01.07	Despesas Antecipadas	26.093	17.112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.814	18.905
1.01.08.03	Outros	23.814	18.905
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	8.364	3.469
1.01.08.03.02	Outros Créditos	15.450	15.436
1.02	Ativo Não Circulante	14.138.386	13.837.480
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	871.548	781.157
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	117.871	118.296
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	117.871	118.296
1.02.01.04	Contas a Receber	183	241
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	183	241
1.02.01.07	Tributos Diferidos	572.815	514.074
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	572.815	514.074
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	27.801	18.090
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	152.878	130.456
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	86.667	88.193
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	56.752	30.453
1.02.01.10.05	Instrumento Financeiro Derivativo	9.459	11.810
1.02.02	Investimentos	19	19
1.02.02.01	Participações Societárias	19	19
1.02.03	Imobilizado	142.950	54.774
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.831	54.774
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	86.119	0
1.02.04	Intangível	13.123.869	13.001.530
1.02.04.01	Intangíveis	13.123.869	13.001.530

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	15.395.721	15.169.456
2.01	Passivo Circulante	2.954.319	2.165.113
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.840	72.956
2.01.01.01	Obrigações Sociais	66.840	72.956
2.01.02	Fornecedores	126.854	179.253
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	126.854	179.253
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.949	123.737
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.898.758	1.087.096
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	980.554	359.878
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	978.686	357.965
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.868	1.913
2.01.04.02	Debêntures	918.204	727.218
2.01.05	Outras Obrigações	469.312	411.462
2.01.05.02	Outros	469.312	411.462
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	65.118	47.585
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	99.508	94.694
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	263.009	259.631
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	5.211	4.204
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	4.731	5.348
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	31.735	0
2.01.06	Provisões	328.606	290.609
2.01.06.02	Outras Provisões	328.606	290.609
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	291.885	280.305
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	36.721	10.304
2.02	Passivo Não Circulante	6.067.388	6.546.262
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.533.658	6.101.068
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.689.199	3.456.444
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.495.989	3.262.704
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.210	193.740
2.02.01.02	Debêntures	2.844.459	2.644.624
2.02.02	Outras Obrigações	100.616	6.378
2.02.02.02	Outros	100.616	6.378
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	0	732
2.02.02.02.04	Outros	300	1.173
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	225
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	44.250	1.359
2.02.02.02.07	Instrumento financeiro derivativo	0	2.889
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	56.066	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	15.221
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	15.221
2.02.04	Provisões	433.114	423.595
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.735	105.028
2.02.04.02	Outras Provisões	338.379	318.567
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	174.501	134.900
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	163.878	183.667
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.374.014	6.458.081

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.376.504	1.565.645
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.221.279	1.410.420
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-84.067	-189.141
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	912.216	1.849.773	900.992	1.829.573
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-776.399	-1.565.527	-811.102	-1.552.884
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-517.397	-1.021.471	-533.776	-1.037.482
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-259.002	-544.056	-277.326	-515.402
3.03	Resultado Bruto	135.817	284.246	89.890	276.689
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.569	-105.347	-64.705	-119.911
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.239	-108.858	-66.807	-123.791
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-50.327	-96.650	-59.395	-112.025
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.912	-12.208	-7.412	-11.766
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.677	3.521	2.162	4.024
3.04.04.03	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	2.677	3.521	2.162	4.024
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7	-10	-60	-144
3.04.05.01	Tributárias	-7	-10	-60	-144
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.248	178.899	25.185	156.778
3.06	Resultado Financeiro	-134.247	-266.756	-120.148	-249.195
3.06.01	Receitas Financeiras	13.250	34.032	41.564	54.025
3.06.01.01	Receitas Financeiras	13.250	34.032	41.564	54.025
3.06.02	Despesas Financeiras	-147.497	-300.788	-161.712	-303.220
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-152.730	-301.280	-135.825	-275.870
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	5.233	492	-25.887	-27.350
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-49.999	-87.857	-94.963	-92.417
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.084	3.790	27.665	20.052
3.08.01	Corrente	-34.604	-70.171	-27.099	-57.337
3.08.02	Diferido	40.688	73.961	54.764	77.389
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,06000	-0,11490	-0,09220	-0,09440



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-43.915	-84.067	-67.298	-72.365

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	498.664	499.768
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	847.706	831.076
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-84.067	-72.365
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	3.043	6.524
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-73.961	-77.389
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	6.286	12.709
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-3.419	-3.194
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	145.045	157.854
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	134.632	116.846
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos	-20.889	-18.351
6.01.01.10	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	25.011	15.025
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.686	16.479
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	223.079	211.492
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	486.793	489.124
6.01.01.14	Perda / (ganho) operação Swap	1.427	-25.639
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	40	1.961
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-330.114	-331.308
6.01.02.01	Contas a Receber	-19.631	10.955
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	530	-33
6.01.02.03	Estoques	3.326	-183
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-18.692	4.985
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-11.055	-3.902
6.01.02.06	Pagamento de juros	-232.645	-226.143
6.01.02.07	Outros Créditos	-14	-7.532
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-67.107	-64.952
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.386	1.897
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	58	1
6.01.02.11	Fornecedores	-7.536	-11.213
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-14.726	-7.535
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-2.143	3.756
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-6.116	-19.505
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	43.280	28.383
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	1.826	-454
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-15.019	-18.837
6.01.02.20	Outras contas a pagar	16.936	-20.996
6.01.03	Outros	-18.928	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-18.928	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-757.442	-826.232
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-10.877	-11.089
6.02.02	Adições ao Intangível	-748.420	-805.613
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-21.610	-15.230
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	23.465	5.700
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	167.412	626.971
6.03.01	Risco sacado	-15.257	-8.174

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.03.02	Captações de empréstimos	0	346.147
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	-158.881	-220.719
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-2.582	-5.114
6.03.13	Emissão de debêntures	400.000	900.000
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-51.409	-361.280
6.03.19	Pagamento de credores pela concessão	-4.459	-23.889
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-91.366	300.507
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.038.259	698.941
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	946.893	999.448

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.376.504	0	-22.271	6.458.081	0	6.458.081
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.376.504	0	-22.271	6.458.081	0	6.458.081
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.376.504	0	-22.271	6.458.081	0	6.458.081

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	56.379	0	0	0	0	56.379	0	56.379
5.04.01	Aumentos de Capital	56.379	0	0	0	0	56.379	0	56.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-72.365	0	-72.365	0	-72.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.365	0	-72.365	0	-72.365
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.565.645	-72.365	-22.271	6.574.857	0	6.574.857

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	1.971.920	1.960.475
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.401.020	1.421.291
7.01.02	Outras Receitas	570.900	539.184
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	544.056	515.402
7.01.02.02	Outras	26.844	23.782
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.049.573	-1.040.844
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-147.813	-160.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.632	-66.020
7.02.04	Outros	-832.128	-814.185
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-544.056	-515.402
7.02.04.02	Custo da Concessão	-52.212	-53.561
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-223.079	-211.492
7.02.04.04	Outros	-12.781	-33.730
7.03	Valor Adicionado Bruto	922.347	919.631
7.04	Retenções	-486.793	-489.124
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-486.793	-489.124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.554	430.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	77.684	66.858
7.06.02	Receitas Financeiras	34.032	54.025
7.06.03	Outros	43.652	12.833
7.06.03.03	Juros capitalizados	43.160	40.188
7.06.03.04	Outros	492	-27.355
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	513.238	497.365
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	513.238	497.365
7.08.01	Pessoal	138.211	140.652
7.08.01.01	Remuneração Direta	105.847	108.134
7.08.01.02	Benefícios	23.529	23.861
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.835	8.657
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.012	115.401
7.08.02.01	Federais	40.652	43.230
7.08.02.02	Estaduais	24	35
7.08.02.03	Municipais	71.336	72.136
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	347.082	313.677
7.08.03.01	Juros	280.184	247.423
7.08.03.02	Aluguéis	201	6.648
7.08.03.03	Outras	66.697	59.606
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	14.755	14.838
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debentures	7.517	6.998
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	3.221	0
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	41.204	37.770
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-84.067	-72.365
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.067	-72.365
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	-20.889	-18.352
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	20.889	18.352

## DESTAQUES 2T19

- 📌 **Tráfego Pedagiado:** Evidenciando o início de uma retomada econômica e aliado ao início de cobrança de pedágio na ViaPaulista, o tráfego totalizou 160,9 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 5,0% em comparação ao 2T18. Em bases comparáveis, excluindo-se os efeitos da suspensão da cobrança dos eixos suspensos do término da Vianorte e do início a operação da ViaPaulista, haveria ocorrido um aumento de 8,0%.
- 📌 **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 701,2 milhões no trimestre, crescimento de 4,0% em relação ao 2T18 em linha com o aumento do tráfego pedagiado, dos reajustes de tarifas ocorridos e da entrada em operação das praças de pedágio da ViaPaulista. Por outro lado, a receita de pedágio também foi diretamente impactada pela suspensão da cobrança de eixos suspensos, que ainda deverá ser reequilibrada pela ARTESP (Centrovias e Intervias), e pela finalização da concessão da Vianorte em maio/18. Em bases comparáveis, excluindo-se todos esses efeitos, haveria ocorrido um aumento de 11,9%.
- 📌 **Cobrança Pedágio:** em 28 de maio, a ARTESP homologou e autorizou o início de cobrança em duas praças de pedágio da ViaPaulista (Botucatu e Itaí), totalizando 5 praças em operação na ViaPaulista.
- 📌 **Reequilíbrios:** Em 25 de maio, foi autorizado pela ARTESP o reajuste da base tarifaria quilométrica da ViaPaulista em 5,69% a fim de mitigar o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da suspensão de cobrança dos eixos suspensos.
- 📌 **Endividamento:** A Arteris apresentou uma dívida líquida de R\$ 6,4 bilhões ao final do 2T19, um aumento de 2,2% em relação ao 1T19.
- 📌 **Investimentos:** Foram investidos em obras de melhoria e manutenção um total de R\$ 337,7 milhões no 2T19.
- 📌 **Regulatório:** Às 0:00 horas do dia 04 de julho, se encerrou o contrato de concessão da Autovias após 21 anos de operação. Ato contínuo, o trecho até então operado pela Autovias foi transferido para a ViaPaulista, que passa a administrar o trecho até 2047.

## Tráfego

No 2T19, o tráfego pedagiado totalizou 160,9 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 5,0% em comparação ao 2T18, quando totalizou 153,3 milhões. O incremento observado deriva do início da cobrança de pedágio nas praças da ViaPaulista e da melhora do ambiente econômico.

Excluindo-se os efeitos da suspensão da cobrança dos eixos suspensos e do término da concessão da Vianorte, que impactaram negativamente no número de eixos equivalentes computados no período, e por outro lado, do início da cobrança nas praças da ViaPaulista, que impactaram positivamente, haveria ocorrido um aumento de 8,0%. No acumulado do ano (1S19) o tráfego apresentou um aumento de 0,7%. Excluindo-se os efeitos acima citados, o aumento apresentado teria sido de 5,2%, sem contar a perda de tráfego referente as paralisações da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018.

## Comentário do Desempenho

### Receitas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>974.045</b>	<b>994.869</b>	<b>961.177</b>	<b>-2,1%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1.968.914</b>	<b>1.955.961</b>	<b>0,7%</b>
Receitas de pedágio	701.248	699.772	674.287	0,2%	4,0%	1.401.020	1.421.291	-1,4%
Outras receitas	13.795	10.043	9.564	37,4%	44,2%	23.838	19.268	23,7%
Receitas de obras	259.002	285.054	277.326	-9,1%	-6,6%	544.056	515.402	5,6%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-61.828</b>	<b>-57.312</b>	<b>-60.185</b>	<b>7,9%</b>	<b>2,7%</b>	<b>-119.140</b>	<b>-126.389</b>	<b>-5,7%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>912.216</b>	<b>937.557</b>	<b>900.992</b>	<b>-2,7%</b>	<b>1,2%</b>	<b>1.849.773</b>	<b>1.829.572</b>	<b>1,1%</b>

#### Receita de Pedágio

No 2T19, a **receita de pedágio** registrou **um crescimento de 4,0%** em relação ao 2T18, passando de R\$674,3 milhões para R\$701,2 milhões.

Mesmo com a suspensão da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados sem carga para as concessionárias estaduais, **o qual, nos casos de Intervias e Centrovias, ainda deverá ser integralmente reequilibrado**, e ao término do contrato de concessão da Vianorte no mês de maio de 2018, o tráfego apresentou um forte incremento devido aos seguintes fatores:

- Das 6 praças novas previstas no contrato da ViaPaulista, 5 já estão em operação
- Reequilíbrio econômico-financeiro de 5,69% na base tarifária da ViaPaulista
- Recuperação do tráfego nas rodovias, atrelado à retomada da economia, da recuperação da produção industrial e da forte demanda do setor do agronegócio, além da não ocorrência de paralisação ocorrida em maio/2018 decorrente da greve dos caminhoneiros

Por outro lado, a receita do 1S19 apresentou uma redução de 1,4%, em relação ao 1S18, passando de R\$ 1,421 bilhões para R\$1,401 bilhões. A principal causa dessa redução é a perda de receita nas rodovias Estaduais decorrente da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, fato que não existia no 1S18

Em bases comparáveis (excluindo-se a Vianorte e a ViaPaulista da base e estornando o efeito dos eixos suspensos), a receita de pedágio apresentaria um aumento de 11,9% no 2T19, e de 9,4% no 1S19.

Em julho de 2019, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas dessas concessões, de acordo com a **variação acumulada do IPCA do período de 4,66%**, conforme termo aditivo firmado em 2015 com a ARTESP por meio do qual ficou acordado que o índice de reajuste seria pelo menor indexador entre IGP-M e IPCA. Como o contrato de concessão prevê originalmente o reajuste pela variação do IGP-M, a diferença será reequilibrada.

#### Receita de Obras

As Receitas de obras **totalizaram R\$ 259,0 milhões no 2T19** (redução de 6,6% comparado com o 2T18), e no acumulado do ano **ficaram em R\$ 544,1 milhões** (aumento de 5,6% em relação ao 1S18). Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa dos investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias.

#### Outras Receitas



## Comentário do Desempenho

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. No 2T19 essas receitas registraram um montante de **R\$ 13,8 milhões**, aumento de 44,2% na comparação com o 2T18. Já no 1S19 o valor registrado foi **R\$23,8 milhões** (23,7%).

### Custos e Despesas

Os **custos e despesas totais**, que incluem inclusive todos os itens que não possuem efeito caixa, tais como custos de construção, provisões, depreciações e amortizações — totalizaram R\$ 828,0 milhões no 2T19, uma redução de 5,5% em relação ao 2T18, quando totalizou R\$ 875,8. Essa redução é consequência principalmente da redução nas provisões para manutenção em rodovias e também na rubrica das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, além dos efeitos decorrentes do IFRS16. No 1S19 os custos e despesas totalizaram **R\$ 1,670 bilhões**, uma redução de 0,1% em comparação ao 1S18 que registrou **R\$ 1,672 bilhões**.

Considerando-se apenas os custos e despesas com efeito caixa, no período foi observada **uma redução de 9,1%**, passando de R\$ 230,9 milhões no 2T18 para R\$ 210,0 milhões no 2T19. Levando-se em conta o aumento de escopo representado pela operação da ViaPaulista, esse resultado demonstra a forte atuação do management e das concessionárias na contenção de custos. Já no acumulado do ano foi contabilizado um valor de **R\$ 416,9 milhões**, uma redução de 8,7% em relação ao 1S18 que havia totalizado **R\$ 456,8 milhões**.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** totalizou R\$ 334,8 milhões no 2T19, um crescimento de 24,4% em relação ao registrado no 2T18. Já em relação ao 1S19, houve um aumento de 3,1%, em relação ao 1S18, registrando R\$ 665,7 milhões. Por outro lado, o **EBITDA Ajustado**, que expurga o efeito da provisão para manutenção de rodovias, (provisão IFRIC sem efeito caixa) registrou R\$ 443,2 milhões no 2T19, o que representa um crescimento de 12,8% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do ano, o valor registrado atingiu R\$ 888,8 milhões, aumento de 3,7% em comparação ao 1S18. Esse aumento ocorreu em função da melhora do tráfego em linha com a recuperação econômica, início da cobrança de pedágio em 5 praças da ViaPaulista, ao reequilíbrio econômico-financeiro de 5,69% na tarifa básica outorgado à ViaPaulista e aos demais reajustes ordinários de tarifas ocorridos no período.

	EBITDA							
	(Em milhares de reais)							
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	912.216	937.557	900.993	-2,7%	1,2%	1.849.773	1.829.573	1,1%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	-577.418	-606.663	-631.883	-4,8%	-8,6%	-1.184.081	-1.183.671	0,0%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>334.798</b>	<b>330.894</b>	<b>269.110</b>	<b>1,2%</b>	<b>24,4%</b>	<b>665.692</b>	<b>645.902</b>	<b>3,1%</b>
Margem EBITDA*	51,3%	50,7%	43,1%	0,5 p.p.	8,1 p.p.	51,0%	49,1%	1,8 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	108.423	114.656	123.677	-5,4%	-12,3%	223.079	211.492	5,5%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>443.221</b>	<b>445.550</b>	<b>392.787</b>	<b>-0,5%</b>	<b>12,8%</b>	<b>888.771</b>	<b>857.394</b>	<b>3,7%</b>
Margem EBITDA Ajustada*	67,9%	68,3%	63,0%	-0,4 p.p.	4,9 p.p.	68,1%	65,2%	2,8 p.p.

\* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade

de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

O **resultado financeiro líquido** registrou um resultado negativo de R\$ 134,2 milhões, um aumento de 11,7% em comparação ao 2T18, quando registrou um resultado negativo de R\$ 120,1 milhões em função das seguintes variações:

- As **Receitas Financeiras** totalizaram **R\$13,3 milhões** no 2T19, o que representa uma redução de 68,1% em relação ao 2T18, quando totalizou R\$41,6 milhões. Esse efeito decorre principalmente devido ao impacto contábil de marcação a mercado do instrumento de swap.
- As **Despesas Financeiras** registraram um aumento de **12,4%** em relação ao 2T18 ficando em **R\$ 152,7 milhões**, explicado principalmente pelo aumento nos encargos financeiros em função de um maior endividamento bruto e da variação cambial.

### Lucro Líquido

A Arteris registrou prejuízo de **R\$ 43,9 milhões** no 2T19 ante ao prejuízo de R\$ 67,3 milhões apresentado no 2T18. No acumulado do ano, o prejuízo registrado foi de R\$ 84,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 72,4 milhões no 1S18.

Apesar da recente retomada econômica, dos reajustes tarifários acima da inflação e do início da cobrança de pedágio da ViaPaulista esse resultado decorre basicamente de efeitos não caixa, uma vez que deriva em sua grande parte da necessidade contábil de se provisionar as intervenções IFRIC e da amortização do intangível, que é amortizado linearmente pelo prazo restante de concessão. Isso decorre da grande quantidade de obras entregues, aumentando o montante do intangível da Companhia. Além disso, ainda há o efeito negativo na receita da suspensão da cobrança dos eixos suspensos e da saída da Vianorte.

### Endividamento

Em 30 de junho de 2019, a **dívida bruta** da Companhia totalizou **R\$ 7,4 bilhões**, aumento de 4,3% em relação a 31 de março de 2019 conforme demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento (Em milhares de reais)	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18
<b>Dívida Bruta</b>	<b>7.437.147</b>	<b>7.131.666</b>	<b>6.800.507</b>	<b>4,3%</b>	<b>9,4%</b>
Curto Prazo	1.903.489	1.087.972	722.972	75,0%	163,3%
Longo Prazo	5.533.658	6.043.694	6.077.535	-8,4%	-8,9%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>1.064.764</b>	<b>891.111</b>	<b>1.113.548</b>	<b>19,5%</b>	<b>-4,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	946.893	773.036	999.448	22,5%	-5,3%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	117.871	118.075	114.100	-0,2%	3,3%
<b>Instrumento Financeiro Derivativo</b>	<b>9.459</b>	<b>12.549</b>	<b>0</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>6.362.924</b>	<b>6.228.006</b>	<b>5.686.959</b>	<b>2,2%</b>	<b>11,9%</b>

### Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 2T19, o montante pago foi de R\$ 2,2 milhões, uma redução de 66,8% comparado com o 2T18, explicada pelo término do prazo de concessão da Vianorte, pelo pagamento no mês de maio de 2018 da última parcela do ônus fixo da

## Comentário do Desempenho

concessionária Centrovias e pelo pagamento da última parcela da concessionária Autovias no mês de agosto de 2018.

### Investimentos e Manutenção de Rodovias

O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 2T19 foi de **R\$ 337,7 milhões**. Deste total, R\$ 265,4 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) e R\$ 72,3 milhões corresponderam à manutenção realizada nas rodovias do grupo, sendo R\$ 20,4 milhões nas estaduais e R\$ 51,9 milhões nas federais. No acumulado do ano o total de investimentos da Arteris foi de R\$ 759,3 milhões.

### Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes en Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

## Notas Explicativas

### ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade ou Controladora") é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2019 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões;
- Realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item acima.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Sociedade, através de suas controladas, principalmente as concessionárias estaduais, possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócio.

A Sociedade e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$144.124 na controladora e R\$1.696.984 (R\$833.137 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

A geração de caixa, somada a capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo, é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita de suas controladas no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagógico e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários em suas concessionárias e através da própria Sociedade, a Administração acredita que a Sociedade e suas controladas possuem condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019.

## Notas Explicativas

### 2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de junho de 2019, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

#### Concessionárias estaduais

##### Autovias

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 23/19 de 28 de junho de 2019, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em função da realização da obra de implantação de via marginal entre o km 73+650m e o km 75+620m, pista norte, da SP-255 ("Obra de Via Marginal"). Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 03 dias. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 03 de julho de 2019.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	30.06.2019					Total
	Autovias Previsão de 2019	Centrovias Previsão de 2019	Intervias Previsão de 2019 a 2028	Vianorte Previsão de 2019	ViaPaulista Previsão de 2019 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	4.997	2.630	108.696	-	3.758.371	3.874.694
Conserva especial	9.979	15.923	40.039	822	1.765.784	1.832.547
	<u>14.976</u>	<u>18.553</u>	<u>148.735</u>	<u>822</u>	<u>5.524.155</u>	<u>5.707.241</u>
Natureza dos custos	31.12.2018					Total
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	14.039	11.170	201.605	412	3.706.978	3.934.204
Conserva especial	37.543	21.126	53.804	1.227	1.708.341	1.822.041
	<u>51.582</u>	<u>32.296</u>	<u>255.409</u>	<u>1.639</u>	<u>5.415.319</u>	<u>5.756.245</u>

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$120.054, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

#### Concessionárias Federais

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

## Notas Explicativas

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	6.424	89.401
Fluminense	2.665	36.422
Fernão Dias	7.916	108.185
Régis Bittencourt	8.436	115.292
Litoral Sul	6.424	87.795
	<u>31.865</u>	<u>437.095</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	30.06.2019					
	Previsão de 2019 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	75.168	728.180	358.571	561.499	229.856	1.953.274
Recuperações/Manutenções	<u>273.693</u>	<u>333.739</u>	<u>762.911</u>	<u>543.984</u>	<u>545.862</u>	<u>2.460.189</u>
	<u>348.861</u>	<u>1.061.919</u>	<u>1.121.482</u>	<u>1.105.483</u>	<u>775.718</u>	<u>4.413.463</u>

  

Natureza dos custos	31.12.2018					
	Previsão de 2018 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	91.716	719.977	361.608	562.651	247.504	1.983.456
Recuperações/Manutenções	<u>265.277</u>	<u>333.467</u>	<u>726.379</u>	<u>505.596</u>	<u>487.446</u>	<u>2.318.165</u>
	<u>356.993</u>	<u>1.053.444</u>	<u>1.087.987</u>	<u>1.068.247</u>	<u>734.950</u>	<u>4.301.621</u>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$3.230.067, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## Notas Explicativas

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

#### Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram rerepresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

#### Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para

## Notas Explicativas

fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

### Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

#### Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

#### Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

- i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:



## Notas Explicativas

	Controladora		
	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajustes	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
<b>Ativo</b>			
Circulante	1.809.605	-	1.809.605
Não circulante	7.450.354	12.081	7.462.435
<b>Direito de uso - IFRS 16</b>	-	<b>12.081</b>	<b>12.081</b>
	<b>9.259.959</b>	<b>12.081</b>	<b>9.272.040</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	745.715	4.921	750.636
<b>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</b>	-	<b>4.921</b>	<b>4.921</b>
Não circulante	2.054.733	7.160	2.061.893
<b>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</b>	-	<b>7.160</b>	<b>7.160</b>
Patrimônio líquido	6.459.511	-	6.459.511
	<b>9.259.959</b>	<b>12.081</b>	<b>9.272.040</b>
<b>Consolidado</b>			
	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajustes	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
<b>Ativo</b>			
Circulante	1.331.976	-	1.331.976
Não circulante	13.837.480	103.879	13.941.359
<b>Direito de uso - IFRS 16</b>	-	<b>103.879</b>	<b>103.879</b>
	<b>15.169.456</b>	<b>103.879</b>	<b>15.273.335</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	2.165.113	35.856	2.200.969
<b>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</b>	-	<b>35.856</b>	<b>35.856</b>
Não circulante	6.546.262	68.023	6.614.285
<b>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</b>	-	<b>68.023</b>	<b>68.023</b>
Patrimônio líquido	6.458.081	-	6.458.081
	<b>15.169.456</b>	<b>103.879</b>	<b>15.273.335</b>

### ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias	426	455	21.991	24.267
Aplicações financeiras (*)	3.149	244.772	924.902	1.013.992
Total	<b>3.575</b>	<b>245.227</b>	<b>946.893</b>	<b>1.038.259</b>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018), tendo como principais características aplicações pós-fixadas em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de depósito Bancário - CDB, de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade e suas controladas.

## Notas Explicativas

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	30.06.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	136.556	-	125.393	-
Cupons de pedágio a receber	5.404	-	4.526	-
Cartões de pedágio a receber	2.638	-	1.337	-
Receitas acessórias a receber	14.497	-	8.580	-
Outras receitas a receber	1.358	183	986	241
<b>Total</b>	<b>160.453</b>	<b>183</b>	<b>140.822</b>	<b>241</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 28 c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
IRRF (a)	39.396	36.437	67.111	72.215
CSLL	-	-	1.304	3.499
PIS	380	323	548	461
COFINS	1.750	1.489	2.401	1.744
Fundo de garantia do tempo de serviço a ICMS a recuperar	-	-	-	-
Instituto nacional do seguro social (INSS)	233	233	356	356
ISSQN	25	25	1.176	1.121
Saldo negativo (b)	35.185	31.051	65.712	46.078
Outros	1.194	1.200	2.509	2.284
<b>Total</b>	<b>78.163</b>	<b>70.758</b>	<b>141.117</b>	<b>127.758</b>
Total do circulante	43.499	40.305	84.365	97.305
Total do não circulante	34.664	30.453	56.752	30.453
	<b>78.163</b>	<b>70.758</b>	<b>141.117</b>	<b>127.758</b>

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, referente ao ano calendário de 2018, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.

(b) Saldo negativo referente a apurações trimestrais de 2018 e ao ano calendário de 2017 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. As variações referem-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31 de dezembro de 2017 e dos trimestres de 2018.

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.999)	(87.857)	(94.963)	(92.417)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	17.001	29.871	32.288	31.422
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	1.334	2.039	7.030	6.275
Variação cambial	1.740	(1.010)	(6.835)	(9.275)
Instrumento derivativo	1.546	1.228	7.920	8.717
<b>Total</b>	<b>21.621</b>	<b>32.128</b>	<b>40.403</b>	<b>37.139</b>
Impostos diferidos não constituídos	15.537	28.338	12.738	17.087
Despesa contabilizada	6.084	3.790	27.665	20.052
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(34.604)	(70.171)	(27.099)	(57.337)
Diferido	40.688	73.961	54.764	77.389
<b>Total</b>	<b>6.084</b>	<b>3.790</b>	<b>27.665</b>	<b>20.052</b>

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora e das Controladas Planalto Sul, Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido. Este valor está acumulado em 30 de junho de 2019 em R\$51.426 para a controladora e R\$63.772 para o consolidado.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Diferenças temporárias ativas</b>				
Prejuízo fiscal (a)	1.537.055	1.245.499	-	120.496
Provisão de participação nos lucros	10.918	16.297	-	2.249
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	96.431	95.989	-	7.788
Outras provisões	10.075	5.606	-	1.315
Provisão para manutenção de rodovias	460.265	343.265	-	70.884
Amortização acumulada de obras futuras	13.168	10.571	-	258
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	17.244	13.134	-	-
Pis e Cofins s/receitas	-	9.491	-	933
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	30	-	-	30
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(25)	(102)	-	3
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.195	13.195	-	-
Diferido gastos pré operacionais (federais)	93	2.166	-	-
Arrendamentos - IFRS 16	3.290	-	-	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)				
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	47.363	47.438	-	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(47.363)	(44.760)	-	-
Estorno de capitalização de juros	621	587	-	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(146)	(129)	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<b>2.162.214</b>	<b>1.758.247</b>	<b>-</b>	<b>203.990</b>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Total</b>	<b>735.153</b>	<b>597.804</b>	<b>-</b>	<b>69.357</b>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>				
Direito de concessão incorporado (c)	(11.247)	(12.091)	-	-
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	-	-	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(50)	(50)	-	-
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(2.982)	(3.170)	-	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)				
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(580.031)	(261.071)	-	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	116.858	29.522	-	70.071
Estorno de capitalização de juros	750	753	-	-
Amortização estorno de capitalização de juros	(180)	(159)	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<b>(477.466)</b>	<b>(246.266)</b>	<b>-</b>	<b>(248.758)</b>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Total</b>	<b>(162.338)</b>	<b>(83.730)</b>	<b>-</b>	<b>(84.578)</b>
Total do imposto de renda e contribuição social	<b>572.815</b>	<b>514.074</b>	<b>-</b>	<b>(15.221)</b>

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista.

## Notas Explicativas

- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

A Sociedade possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Períodos a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	37.607
2020	50.437
2021	54.497
2022	52.602
2023	62.909
Após 2023	477.101
	<u>735.153</u>

## 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

### BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada

## Notas Explicativas

pagamento das prestações mensais. No período findo em 30 de junho de 2019, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 96,11% da variação do CDI (97,51% em 31 de dezembro de 2018).

Os valores dessas aplicações em 30 de junho de 2019 são de R\$117.871 (R\$118.296 em 31 de dezembro de 2018)

### 10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

30.06.2019							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	189.995	237.983	47.988	195.451	80.737
Centrovias	101.483.834	100%	145.345	193.084	47.739	195.338	55.570
Intervias	4.763.110	51%	214.568	1.644.938	1.430.370	294.701	65.865
Vianorte	1.132.038	100%	145.366	162.539	17.173	1.952	1.536
ViaPaulista	1.338.852.754	100%	1.336.671	2.453.418	1.116.747	115.208	(21.418)
Planalto Sul	1.659.851.513	100%	814.427	1.349.487	535.060	109.151	(39.346)
Fluminense	658.918.293	100%	808.187	2.110.576	1.302.389	180.048	(50.071)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.151.840	2.039.687	887.847	225.893	(36.770)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.142.810	2.942.148	1.799.338	253.206	(56.987)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.178.814	2.988.319	1.809.505	278.831	(32.497)
Latina Manutenção	46.548.345	100%	76.603	94.187	17.584	36.573	1.946
Arteris Participações	1.158	100%	112.931	115.123	2.192	-	32.445
30.06.2018							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	131.383	263.221	131.838	188.517	4.126
Centrovias	101.483.834	100%	152.717	293.089	140.372	191.391	75.774
Intervias	4.763.110	51%	198.180	1.511.560	1.313.380	253.688	51.665
Vianorte	1.132.038	100%	142.194	175.188	32.994	121.490	30.032
ViaPaulista	1.338.852.754	100%	1.146.437	1.816.901	670.464	88.493	(21.281)
Planalto Sul	1.539.096.796	100%	798.329	1.330.906	532.577	108.386	(33.385)
Fluminense	625.841.370	100%	815.018	2.017.246	1.202.228	129.195	(45.226)
Fernão Dias	1.980.952.409	100%	1.077.687	1.975.615	897.928	218.256	(29.197)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.523.609	2.927.925	1.404.316	262.360	(39.036)
Litoral Sul	1.213.269.209	100%	1.176.664	2.770.085	1.593.421	267.797	(19.815)
Latina Manutenção	22.548.344	100%	55.294	85.058	29.764	52.370	(5.295)
Arteris Participações	1.158	100%	103.154	106.350	3.196	-	24.522

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no período findo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2018	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 30.06.2019
Autovias	152.858	-	(43.600)	80.737	189.995
Centrovias	177.511	-	(87.735)	55.570	145.346
Intervias	100.301	-	(24.463)	33.591	109.429
Vianorte	143.830	-	-	1.536	145.366
ViaPaulista	1.242.089	116.000	-	(21.418)	1.336.671
Planalto Sul	811.773	42.000	-	(39.346)	814.427
Fluminense	772.258	86.000	-	(50.071)	808.187
Fernão Dias	1.130.610	58.000	-	(36.770)	1.151.840
Régis Bittencourt	1.248.400	-	(48.603)	(56.987)	1.142.810
Litoral Sul	1.165.811	45.500	-	(32.497)	1.178.814
Latina Manutenção	59.157	15.500	-	1.946	76.603
Arteris Participações	100.735	-	(20.249)	32.445	112.931
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	7.105.352	363.000	(224.650)	(31.264)	7.212.438

**Notas Explicativas**

	Controladora				Saldo em 30.06.2018
	Saldo em 31.12.2017	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	207.593	-	(80.336)	4.126	131.383
Centrovias	186.928	-	(109.985)	75.774	152.717
Intervias	134.755	-	(60.032)	26.349	101.072
Vianorte	172.882	-	(60.720)	30.032	142.194
ViaPaulista	1.083.018	84.700	-	(21.281)	1.146.437
Planalto Sul	754.714	77.000	-	(33.385)	798.329
Fluminense	829.244	31.000	-	(45.226)	815.018
Fernão Dias	1.015.884	91.000	-	(29.197)	1.077.687
Régis Bittencourt	1.531.645	31.000	-	(39.036)	1.523.609
Litoral Sul	1.112.479	84.000	-	(19.815)	1.176.664
Latina Manutenção	45.689	14.900	-	(5.295)	55.294
Arteris Participações	132.445	-	(53.813)	24.522	103.154
Outros investimentos	19	-	-	-	19
<b>Total</b>	<b>7.207.295</b>	<b>413.600</b>	<b>(364.886)</b>	<b>(32.432)</b>	<b>7.223.577</b>

## Notas Explicativas

## 11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Controladora								
	Movéis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2018	2.011	3.872	385	8.617	586	1.007	1.315	111	17.904
Adições	-	1.909	-	145	-	-	-	4.530	6.584
Transferências/Reclassificações	39	6	-	4.538	-	58	-	(4.641)	-
Alienações/baixas	-	-	-	(1.971)	-	-	-	-	(1.971)
Saldo em 30.06.2019	<u>2.050</u>	<u>5.787</u>	<u>385</u>	<u>11.329</u>	<u>586</u>	<u>1.065</u>	<u>1.315</u>	-	<u>22.517</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2018	(1.513)	(1.770)	(384)	(7.131)	-	(524)	(623)	-	(11.945)
Depreciações	(62)	(149)	-	(283)	-	(73)	(60)	-	(627)
Transferências/Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	1.189	-	-	-	-	1.189
Saldo em 30.06.2019	<u>(1.575)</u>	<u>(1.919)</u>	<u>(384)</u>	<u>(6.225)</u>	-	<u>(597)</u>	<u>(683)</u>	-	<u>(11.383)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2018	498	2.102	1	1.486	586	483	692	111	5.959
Saldo em 30.06.2019	475	3.868	1	5.104	586	468	632	-	11.134
Taxas de depreciação - a. a.	10%	20%	20%	10%	-	10%	10%	-	-
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2017	2.013	3.252	385	8.545	586	1.007	1.315	262	17.365
Adições	-	620	-	71	-	-	-	-	691
Alienações/baixas	(2)	-	-	-	-	(255)	-	-	(257)
Saldo em 30.06.2018	<u>2.011</u>	<u>3.872</u>	<u>385</u>	<u>8.616</u>	<u>586</u>	<u>1.014</u>	<u>1.315</u>	-	<u>17.799</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2017	(1.381)	(1.545)	(382)	(6.139)	-	(379)	(500)	-	(10.326)
Depreciações	(67)	(100)	(1)	(495)	-	(73)	(61)	-	(797)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 30.06.2018	<u>(1.447)</u>	<u>(1.645)</u>	<u>(383)</u>	<u>(6.634)</u>	-	<u>(452)</u>	<u>(561)</u>	-	<u>(11.122)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2017	632	1.707	3	2.406	586	628	815	262	7.039
Saldo em 30.06.2018	564	2.227	2	1.982	586	562	754	-	6.677
Taxas de depreciação - a. a.	10%	20%	20%	10%	-	10%	10%	-	-

## Notas Explicativas

	Consolidado									
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total	
<b>Custo do imobilizado</b>										
Saldo em 31.12.2017	21.447	16.149	28.141	26.098	1.253	50.195	1.717	1.471	146.471	
Adições	877	4.742	2.683	78	-	5.678	-	584	14.642	
Transferências/Reclassificações	(4.373)	4.965	(324)	1.639	-	477	-	(1.761)	623	
Alienações/baixas	(1.932)	(528)	(4.198)	(111)	-	(5.000)	-	82	(11.684)	
Saldo em 31.12.2018	16.019	25.331	26.302	27.704	1.253	51.350	1.717	376	150.052	
Adições	65	4.022	758	145	-	1.395	-	4.532	10.877	
Transferências/reclassificações	30	(54)	-	4.538	-	43	-	(4.641)	(84)	
Alienações/baixas	(58)	(79)	(2.460)	(2.884)	-	(1.031)	-	-	(6.512)	
Saldo em 30.06.2019	16.056	29.220	24.600	29.503	1.253	51.717	1.717	267	154.333	
<b>Depreciação acumulada</b>										
Saldo em 31.12.2017	(14.295)	(10.662)	(18.814)	(14.800)	-	(27.262)	(638)	-	(86.471)	
Depreciações	(1.518)	(2.541)	(4.802)	(3.836)	-	(4.965)	(155)	-	(17.817)	
Transferências/reclassificações	2.827	(2.833)	155	-	-	(13)	-	-	136	
Alienações/baixas	1.712	412	3.466	(21)	-	3.305	-	-	8.874	
Saldo em 31.12.2018	(11.274)	(15.624)	(19.995)	(18.657)	-	(28.935)	(793)	-	(95.278)	
Depreciações	(371)	(1.457)	(1.044)	(1.702)	-	(2.181)	(79)	-	(6.834)	
Transferências/reclassificações	-	-	-	16	-	(16)	-	-	-	
Alienações/baixas	44	66	1.963	1.969	-	568	-	-	4.610	
Saldo em 30.06.2019	(11.601)	(17.015)	(19.076)	(18.374)	-	(30.564)	(872)	-	(97.502)	
<b>Imobilizado líquido</b>										
Saldo em 31.12.2017	4.745	9.707	6.307	9.047	1.253	22.415	924	376	54.774	
Saldo em 30.06.2019	4.455	12.205	5.524	11.129	1.253	21.153	845	267	56.831	
Taxas de depreciação - a.a.	24%	32%	30%	6%		25%	13%			
<b>Custo do imobilizado</b>										
Saldo em 31.12.2017	21.447	16.149	28.141	26.098	1.253	50.195	1.717	1.471	146.471	
Adições	704	4.361	2.665	71	-	3.059	-	229	11.089	
Transferências/reclassificações	12	360	(80)	1.638	-	477	-	(1.540)	867	
Alienações/baixas	(1.782)	(338)	(2.012)	(108)	-	(1.351)	-	-	(5.591)	
Saldo em 30.06.2018	20.381	20.532	28.714	27.699	1.253	52.380	1.717	160	152.836	
<b>Depreciação acumulada</b>										
Saldo em 31.12.2017	(14.295)	(10.662)	(18.814)	(14.800)	-	(27.262)	(638)	-	(86.471)	
Depreciações	(1.068)	(1.043)	(3.726)	(1.895)	-	(2.527)	(80)	-	(10.339)	
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)	
Alienações/baixas	1.635	222	1.699	(24)	-	548	-	-	4.080	
Saldo em 30.06.2018	(13.728)	(11.483)	(20.841)	(16.719)	-	(29.254)	(718)	-	(92.743)	
<b>Imobilizado líquido</b>										
Saldo em 31.12.2017	7.152	5.487	9.327	11.298	1.253	22.933	1.079	1.471	60.000	
Saldo em 30.06.2018	6.653	9.049	7.873	10.980	1.253	23.126	999	160	60.093	
Taxas de depreciação - a.a.	16%	15%	28%	13%		12%	2%			



## Notas Explicativas

## 12. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Controladora				Total
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)		
<b>Custo direito de uso</b>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Adições	1.570	9.129	1.619	-	12.318
Saldo em 30.06.2019	1.570	9.129	1.619	-	12.318
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Amortização	(554)	(1.796)	(616)	-	(2.966)
Saldo em 30.06.2019	(554)	(1.796)	(616)	-	(2.966)
<b>Direito de uso líquido</b>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	1.016	7.333	1.003	-	9.352
Taxas de amortização - a.a.	71%	29%	80%	-	

  

	Consolidado					Total	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)		Imóveis (f)
<b>Custo direito de uso</b>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adições	65.697	12.383	6.693	4.711	1.940	11.999	2.971
Saldo em 30.06.2019	65.697	12.383	6.693	4.711	1.940	11.999	2.971
<b>Amortização acumulada</b>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(10.135)	(2.795)	(2.259)	(965)	(580)	(2.413)	(1.128)
Saldo em 30.06.2019	(10.135)	(2.795)	(2.259)	(965)	(580)	(2.413)	(1.128)
<b>Direito de uso líquido</b>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	55.562	9.588	4.434	3.746	1.360	9.586	1.843
Taxas de amortização - a.a.	42%	45%	57%	34%	44%	44%	57%

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.  
 (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.  
 (c) Refere-se a veículos administrativos.  
 (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.  
 (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.  
 (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

**Notas Explicativas****13. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2018	46.689	13.893	60.582
Adições	464	5.608	6.072
Transferências/Reclassificações	10.336	(10.336)	-
Alienações/baixas	(1)	-	(1)
Saldo em 30.06.2019	<u>57.488</u>	<u>9.165</u>	<u>66.653</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2018	(20.497)	-	(20.497)
Amortizações	(5.032)	-	(5.032)
Saldo em 30.06.2019	<u>(25.529)</u>	<u>-</u>	<u>(25.529)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2018	26.192	13.893	40.085
Saldo em 30.06.2019	31.959	9.165	41.124
Taxas de amortização - a.a.	20%		

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2017	43.415	15.668	59.083
Adições	1.660	4.955	6.615
Transferências/Reclassificações	590	(590)	-
Alienações/baixas	(35)	-	(35)
Saldo em 30.06.2018	<u>45.630</u>	<u>20.033</u>	<u>65.663</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2017	(11.760)	-	(11.760)
Amortizações	(4.320)	-	(4.320)
Alienações/baixas	35	-	35
Saldo em 30.06.2018	<u>(16.045)</u>	<u>-</u>	<u>(16.045)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323
Saldo em 30.06.2018	29.585	20.033	49.618
Taxas de amortização - a.a.	20%		

## Notas Explicativas

	Consolidado						Total
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2018	14.063.406	1.853.513	130.144	12.941	79.039	2.000.657	18.164.733
Adições	256.545	-	-	-	1.266	325.691	583.395
Transferências/reclassificações	516.572	-	-	-	10.345	(521.479)	84
Alienações/baixas	(1.493)	-	-	-	(110)	-	(1.744)
Saldo em 30.06.2019	14.835.030	1.853.513	130.144	12.941	90.540	1.804.869	18.746.468
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(4.657.050)	(341.906)	(111.866)	(9.861)	(42.520)	-	(5.163.203)
Amortizações	(443.853)	(7.235)	(1.390)	(591)	(6.930)	-	(459.999)
Alienações/baixas	497	-	-	-	106	-	603
Saldo em 30.06.2019	(5.100.406)	(349.141)	(113.256)	(10.452)	(49.344)	-	(5.622.599)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	9.406.356	1.511.607	18.278	3.080	36.519	2.000.657	13.001.530
Saldo em 30.06.2019	9.734.624	1.504.372	16.888	2.489	41.196	1.804.869	13.123.869
Taxas de amortização - a.a.	22%	68%	68%	7%	33%		
	Consolidado						Total
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2017	13.021.614	1.853.513	130.144	12.941	75.812	1.735.633	16.843.581
Adições	229.059	-	-	-	4.375	329.791	566.463
Transferências/reclassificações	394.054	-	-	-	699	(392.647)	(1.016)
Alienações/baixas	(20.262)	-	-	-	(3.539)	(248)	(24.064)
Saldo em 30.06.2018	13.624.465	1.853.513	130.144	12.941	77.347	1.672.529	17.384.964
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(3.729.904)	(333.302)	(106.538)	(9.329)	(34.202)	-	(4.213.275)
Amortizações	(462.817)	(6.866)	(3.428)	(209)	(5.776)	-	(479.096)
Transferências/reclassificações	162	-	-	-	-	-	162
Alienações/baixas	15.502	-	-	-	3.549	-	19.051
Saldo em 30.06.2018	(4.177.057)	(340.168)	(109.966)	(9.538)	(36.429)	-	(4.673.158)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	9.291.710	1.520.211	23.606	3.612	41.610	1.735.633	12.630.306
Saldo em 30.06.2018	9.447.408	1.513.345	20.178	3.403	40.918	1.672.529	12.711.806
Taxas de amortização - a.a.	5%	1%	1%	1%	10%		

## Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão
- (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

No período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$43.160 (R\$40.188 em 30 de junho de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2019 foi de 7,02% e 7,48% em 2018.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para 30 de junho de 2019 a Sociedade realizou um acompanhamento e não viu necessidade de um novo teste no trimestre.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações de empréstimos e financiamentos da Controladora são como segue:

Moeda estrangeira	Controladora					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999
Captações/Renovações	-	-	-	-	187.500	187.500
Juros provisionados	4.152	(530)	3.622	27.243	6.240	33.483
Imposto de renda retido sobre juros	8	-	8	(777)	-	(777)
Amortização de principal	-	-	-	(187.455)	-	(187.455)
Pagamento de juros	(4.205)	-	(4.205)	(4.097)	-	(4.097)
Saldo final	<u>1.868</u>	<u>193.210</u>	<u>195.078</u>	<u>1.913</u>	<u>193.740</u>	<u>195.653</u>

As movimentações de empréstimos e financiamentos do consolidado são como segue:

## Notas Explicativas

Moeda nacional	Consolidado					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	361.964	3.290.370	3.652.334	409.017	2.643.318	3.052.335
Captações/Renovações	32.100	-	32.100	108.481	946.147	1.054.628
Juros provisionados	136.409	19.768	156.177	284.028	4.017	288.045
Amortização de principal	(206.238)	-	(206.238)	(473.888)	-	(473.888)
Pagamento de juros	(128.607)	-	(128.607)	(268.670)	-	(268.670)
Transferência	788.325	(788.325)	-	303.112	(303.112)	-
AVP/Risco sacado	135	-	135	(116)	-	(116)
	<u>984.088</u>	<u>2.521.813</u>	<u>3.505.901</u>	<u>361.964</u>	<u>3.290.370</u>	<u>3.652.334</u>
Custo de transação	(5.402)	(25.824)	(31.226)	(3.999)	(27.666)	(31.665)
Saldo final	<u>978.686</u>	<u>2.495.989</u>	<u>3.474.675</u>	<u>357.965</u>	<u>3.262.704</u>	<u>3.620.669</u>

Moeda estrangeira	Consolidado					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999
Captações/Renovações	-	-	-	-	187.500	187.500
Juros provisionados	4.152	(530)	3.622	27.243	6.240	33.483
Imposto de renda retido sobre juros	8	-	8	(777)	-	(777)
Amortização de principal	-	-	-	(187.455)	-	(187.455)
Pagamento de juros	(4.205)	-	(4.205)	(4.097)	-	(4.097)
	<u>1.868</u>	<u>193.210</u>	<u>195.078</u>	<u>1.913</u>	<u>193.740</u>	<u>195.653</u>

Notas Explicativas

		Consolidado							
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de Juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2019	31.12.2018	
(d)	Arteris	US\$	Capital de giro		set/20	Sem garantia	195.078	195.453	
(e)	Régis BHTencourt	Real	Nota Promissória	Var Cambial + 4,31% 107% CDI	Jun/20	Aval acionista	620.083	600.316	
			<b>Subtotal</b>				<b>815.161</b>	<b>795.969</b>	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,58%a.a.	dez/25	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	214.820	228.249	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,62%a.a.	mar/27	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	40.674	42.379	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA +8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	22.458	25.746	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jan/27	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	311	325	
(a)	Flumhense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	246.442	263.057	
(a)	Flumhense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	310.247	324.210	
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +3,05%	mar/26	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	427.818	456.456	
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +3,25%	dez/29	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	131.208	130.807	
(a)	Régis BHTencourt	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +3,54% e 3,74%a.a.	dez/29	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	996.868	1.042.422	
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,32%a.a.	Jun/26	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	482.412	510.400	
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	Jun/26	Cessão direitos credítorios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.201	3.373	
			<b>Subtotal</b>				<b>2.876.459</b>	<b>3.027.424</b>	
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de equipamentos	6% a.a	Jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	-	117	
			<b>Subtotal</b>				-	<b>117</b>	
(c)	Planalto Sul	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	395	4.866	
(c)	Flumhense	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	115	860	
(c)	Régis BHTencourt	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	4.174	12.319	
(c)	Litoral Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	6.432	6.432	
			<b>Subtotal</b>				<b>9.359</b>	<b>24.477</b>	
			<b>Total Geral</b>				<b>3.700.979</b>	<b>3.847.987</b>	
						Circulante	985.956	363.877	
						Não circulante	2.715.023	3.484.110	

## Notas Explicativas

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem e/ou aval e notas promissórias dos acionistas.
- (c) Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$9.359 (R\$24.477 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade e suas controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$48.000 e taxa média de 1,33% ao mês.
- (d) Contrato de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. Para proteção da exposição da variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma data de contratação do empréstimo, uma operação de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 4,31% ao ano para CDI+1,15% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo.
- (e) 5ª emissão de Notas Promissórias da Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$600.000 com juros remuneratórios de 107% do CDI com vencimento para 27 de junho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2018, foi firmado entre a Sociedade ViaPaulista e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de \$3.645.000, entretanto, essa linha será desembolsada *pari passu* com a execução dos investimentos. Ainda não houve nenhuma parcela desembolsada.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2020	218.656	193.210	411.866
2021	417.535	-	417.535
2022	454.672	-	454.672
2023	495.147	-	495.147
2024	935.803	-	935.803
Após 2024	<u>2.521.813</u>	<u>193.210</u>	<u>2.715.023</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES e a 2ª emissão de debêntures da Sociedade ViaPaulista, possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

## Notas Explicativas

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Em 30 de junho de 2019 a Autopista Fluminense e ViaPaulista (debêntures) apresentaram Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD abaixo de 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma ação que descumprisse esta cláusula restritiva.

Todas as Controladas sujeitas aos contratos estão cumprindo as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois esses empréstimos foram captados e repassados através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro e financiamentos de suas subsidiárias federais.



## Notas Explicativas

### 15. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures da controladora são como segue:

Moeda nacional	Controladora					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	25.305	1.622.939	1.648.244	21.648	1.616.755	1.638.403
Captações/Renovações	-	-	-	-	-	-
Juros provisionados	60.708	4.268	64.976	124.143	6.184	130.327
Pagamento de juros	(56.831)	-	(56.831)	(120.486)	-	(120.486)
Transferência	1	(1)	-	-	-	-
	<u>29.183</u>	<u>1.627.206</u>	<u>1.656.389</u>	<u>25.305</u>	<u>1.622.939</u>	<u>1.648.244</u>
Custo de transação	(1.817)	(7.861)	(9.678)	(1.811)	(8.765)	(10.576)
Saldo final	<u>27.366</u>	<u>1.619.345</u>	<u>1.646.711</u>	<u>23.494</u>	<u>1.614.174</u>	<u>1.637.668</u>

As movimentações das debêntures do consolidado são como segue:

Moeda nacional	Consolidado					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	732.118	2.657.157	3.389.275	497.542	2.410.068	2.907.610
Captações/Renovações	16.000	384.000	400.000	-	900.000	900.000
Juros provisionados	122.963	19.186	142.149	226.153	39.405	265.558
Imposto de renda retido sobre juros	-	-	-	-	-	-
Amortização de principal	(51.409)	-	(51.409)	(461.275)	-	(461.275)
Pagamento de juros	(99.833)	-	(99.833)	(222.618)	-	(222.618)
Transferência	202.321	(202.321)	-	692.316	(692.316)	-
	<u>922.160</u>	<u>2.858.022</u>	<u>3.780.182</u>	<u>732.118</u>	<u>2.657.157</u>	<u>3.389.275</u>
Custo de transação	(3.956)	(13.563)	(17.519)	(4.900)	(12.533)	(17.433)
Saldo final	<u>918.204</u>	<u>2.844.459</u>	<u>3.762.663</u>	<u>727.218</u>	<u>2.644.624</u>	<u>3.371.842</u>

Consolidado						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2019	31.12.2018
Arteris	5ª Emissão - 1ª série	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.477.334	1.477.791
Arteris	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	179.055	170.453
					<u>1.656.389</u>	<u>1.648.244</u>
Centrovias	3ª emissão	10.000	CDI+1,25%a.a.	mar/19	-	50.207
					-	50.207
Intervias	4º emissão - 1ª série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	50.754	50.769
Intervias	4º emissão - 2ª série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	306.141	290.268
Intervias	5º emissão - 1ª Série	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	201.648	201.595
Intervias	5º emissão - 2ª Série	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	192.854	192.800
Intervias	5º emissão - 3ª Série	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	285.450	285.365
Intervias	5º emissão - 4ª Série	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	133.115	129.797
					<u>1.169.962</u>	<u>1.150.594</u>
ViaPaulista	1ª emissão - 1ª série	20.000	CDI + 2,1% a.a.	out/19	203.581	203.581
ViaPaulista	1ª emissão - 2ª série	10.000	CDI + 2,1% a.a.	out/19	101.790	101.790
ViaPaulista	2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun/27	400.441	-
					<u>705.812</u>	<u>305.371</u>
Planalto Sul	2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	164.930	155.096
					<u>164.930</u>	<u>155.096</u>
Fernão Dias	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a	set/26	83.089	79.763
					<u>83.089</u>	<u>79.763</u>
				Total	3.780.182	3.389.275
				Circulante	922.160	732.118
				Não Circulante	2.858.022	2.657.157

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

## Notas Explicativas

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2020	-	9.969
2021	727.112	742.461
2022	727.112	845.961
2023	80.764	208.158
2024	92.218	1.051.473
Após 2024	<u>1.627.206</u>	<u>2.858.022</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Sociedade e suas controladas, não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 4ª e 5ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 3ª emissão – série única da Centrovias são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

### 16. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos em 31 março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de junho de 2019 e de 2018, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a )	2.832	1.503	-	-
Centrovias S.A. (a )	1.046	1.391	-	-
Intervias S.A. (a )	1.508	1.491	-	-
Vianorte S.A. (a )	297	1.213	-	-
Planalto Sul S.A. (a )	756	574	-	-
Fluminense S.A. (a )	2.498	806	-	-
Fernão dias S.A. (a )	1.601	1.308	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a )	1.787	1.610	-	-
Litoral Sul S.A. (a )	2.751	1.282	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	485	4.976	-	-
Arteris Participações (a)	259	1.096	-	-
ViaPaulista S.A. (a - i)	10.290	9.133	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Centrovias S.A. (d )	2.603	3.881	-	-
Intervias S.A. (d )	2.968	2.745	-	-
Vianorte S.A. (d )	10.257	10.257	-	-
Arteris Participações (d)	1.509	3.106	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d )	418	418	-	-
Intervias S.A. (d )	4.062	4.062	-	-
Régis Bittencourt S.A. (d )	-	3.052	-	-
Mútuos a receber:				
Fluminense S.A. (b)	-	270.384	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	-	585.246	-	-
Debêntures a receber:				
Fluminense S.A. (e)	67.303	170.261	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	-	145.818	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	72.921	292.249	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	92	47	92	47
Sociedade para Participação em Infraestrutur	-	184	-	184
Abertis PDC	-	-	-	-
Abertis Infraestrutura Finance BV	195	587	196	587
Total do ativo circulante	<u>188.438</u>	<u>1.518.680</u>	<u>288</u>	<u>818</u>
<u>Ativo não circulante</u>				
Mútuos a receber:				
Fluminense S.A. (b)	279.002	-	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	604.013	-	-	-
Debêntures a receber:				
Intervias S.A. (l)	150.036	-	-	-
Planalto Sul S.A. (m)	9.061	-	-	-
Fluminense S.A. (e)	223.264	100.847	-	-
Fernão dias S.A. (n)	14.096	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	-	18.050	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	396.964	131.491	-	-
Total do ativo não circulante	<u>1.676.436</u>	<u>250.388</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a pagar: (Conta Corrente mais Outros)				
Centrovias S.A. (a)	2	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.420	-	-	-
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	86.495	83.801	-	-
Centrovias S.A. (c)	90.356	107.889	-	-
Intervias S.A. (c)	-	328.533	-	-
Vianorte S.A. (c)	141.947	144.663	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>321.220</b>	<b>664.886</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<u>Passivo não circulante</u>				
<u>Controladas</u>				
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	-	60.159	-	-
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (j)	112.361	-	-	-
Centrovias S.A. (k)	41.312	40.060	-	-
Intervias S.A. (h)	487.891	142.893	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>641.564</b>	<b>243.112</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<u>Controladora</u>				
<u>Receitas(despesas) financeiras líquidas:</u>				
<u>30.06.2019</u>				
<u>30.06.2018</u>				
	<u>Trimestre</u>	<u>Periodo</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Periodo</u>
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Autovias S.A.	(3.101)	(5.798)	(2.046)	(5.376)
Centrovias S.A.	(2.817)	(5.553)	(3.983)	(8.603)
Intervias S.A.	(9.784)	(19.327)	(6.812)	(14.025)
Vianorte S.A.	(2.822)	(5.628)	(2.767)	(5.518)
	<u>(18.524)</u>	<u>(36.306)</u>	<u>(15.608)</u>	<u>(33.522)</u>
Planalto Sul S.A.	-	72	-	-
Fluminense S.A.	10.539	20.678	8.256	16.376
Fernão dias S.A.	112	112	-	-
Régis Bittencourt S.A.	283	3.442	5.297	12.662
Litoral Sul S.A.	19.753	38.720	16.491	32.663
	<u>30.687</u>	<u>63.024</u>	<u>30.044</u>	<u>61.701</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos que forem rateados para as empresas do grupo serão proporcionais aos investimentos de cada empresa.
- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a 2,0% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2021.
- (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2019 para Vianorte, Autovias, Centrovias e Intervias.
- (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

## Notas Explicativas

- (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano para as 2ª, 3ª e 4ª emissões e de 1,0% ao ano para a 5ª emissão, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril de 2019, 03 de julho de 2019, 19 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021.
- (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano para 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, de 1,0% ao ano para a 7ª emissão, com vencimento do principal e juros da 3ª emissão em 25 de junho de 2019, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2019, da 5ª emissão em 18 de setembro de 2019, da 6ª emissão em 19 de outubro de 2019 e da 7ª emissão em 21 de maio de 2021.
- (g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para 2ª emissão, 1,5% ao ano para as 3ª, 4ª e 5ª emissão e 1,0% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de março de 2021 para 2ª emissão, 28 de abril de 2019 para 3ª emissão, 3 de julho de 2019 para 4ª emissão e 19 de agosto de 2019 para 5ª emissão e 21 de maio de 2021 para a 6ª emissão.
- (h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª e 6ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano para a 4ª emissão e 1,2% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 25 de junho de 2019 para 4ª emissão e 02 de agosto de 2021 para a 6ª emissão.
- (i) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora que serão reembolsadas no primeiro semestre de 2019.
- (j) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 05 de dezembro de 2021.
- (k) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 05 de dezembro de 2021.
- (l) Refere-se a 6ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Intervias para suprir a necessidade de capital

## Notas Explicativas

de giro da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 1,0% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021:

- (m) Refere-se a 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Planalto Sul para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.
- (n) Refere-se da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 30 de junho de 2019 obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias, que no consolidado representam o valor de R\$28.959 (R\$28.519 em 30 de junho de 2018).

No decorrer do trimestre e período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$163 e R\$338 (R\$1.294 e R\$1.538 em 30 de junho de 2018) respectivamente na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$3.912 e R\$12.208 (R\$7.412 e R\$11.766 em 30 de junho de 2018) respectivamente no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$20.200 para a Controladora e R\$29.100 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

### 17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	Controladora		
	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	6.059	6.259	12.318
Utilização	(3.231)	-	(3.231)
Ajuste a valor presente - AVP	446	-	446
Transferência	-	-	-
Saldo final	3.274	6.259	9.533

## Notas Explicativas

	Consolidado		
	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	42.285	64.109	106.394
Utilização	(22.524)	-	(22.524)
Ajuste a valor presente - AVP	3.931	-	3.931
Transferência	8.043	(8.043)	-
Saldo final	31.735	56.066	87.801

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	287	17.546
2021	-	19.247
2022	-	9.824
2023	5.972	9.345
2023	-	104
	<u>6.259</u>	<u>56.066</u>

Em 30 de junho de 2019, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora. No consolidado é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	1.421	-
Atendimento pré-hospitalar	-	-
Veículos	301	-
Veículos operacionais	1.089	-
Computadores e periféricos	87	4
Imóveis	731	-
Outros	29	7
	<u>3.658</u>	<u>11</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019, referente aos arrendamentos realizados, foram de R\$ 3.231 para a controladora e R\$ 18.928 para o consolidado.

### 18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação nos lucros e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 30 de junho de 2019, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$5.765 na Controladora (R\$8.730 em 31 de dezembro de 2018) e R\$14.798 no consolidado (R\$27.700 em 31 de dezembro de 2018).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os

## Notas Explicativas

pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

### 19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa será liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Autovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	471	495	471	495
Centrovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	512	539	512	539
Intervias	Direito de outorga	5.509	8.855	5.600	9.022
	Parcela variável (a)/(b)	688	685	688	685
Vianorte	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	-	-	-	-
ViaPaulista	Direito de outorga	254.963	249.057	254.963	249.057
	Parcela variável (a)	866	-	866	-
<b>Total</b>		<b>263.009</b>	<b>259.631</b>	<b>263.100</b>	<b>259.798</b>
Não circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Intervias	Direito de outorga	-	732	-	772
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>732</b>	<b>-</b>	<b>772</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).



## Notas Explicativas

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2019 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Intervias	7	-	7
ViaPaulista	1	-	1

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente estão assim representados:

	30.06.2019		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	-	2.865	2.865
Centrovias	-	3.119	3.119
Intervias	4.459	4.105	8.564
<b>Total</b>	<b>4.459</b>	<b>10.089</b>	<b>14.548</b>

  

	30.06.2018		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	4.593	2.799	7.392
Centrovias	5.727	2.942	8.669
Intervias	4.276	3.957	8.233
Vianorte	9.293	2.427	11.720
<b>Total</b>	<b>23.889</b>	<b>12.125</b>	<b>36.014</b>

## 20. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, à ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas, fiscais e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Controladora					
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2019
Trabalhistas	-	26	-	(1)	-	25
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>(223)</b>	<b>-</b>	<b>25</b>

	Controladora					
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2018
Trabalhistas	2	70	-	(72)	-	-
Fiscal	180	1	(1)	-	3	183
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>71</b>	<b>(1)</b>	<b>(72)</b>	<b>3</b>	<b>183</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado					30.06.2019
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	35.701	7.232	(2.984)	(6.361)	-	33.588
Trabalhistas	21.179	10.297	(7.052)	(9.203)	-	15.221
Regulatório	47.926	(208)	(2.599)	767	40	45.926
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
Total	105.028	17.321	(12.635)	(15.019)	40	94.735

	Consolidado					30.06.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	38.651	11.914	(6.438)	(6.929)	-	37.198
Trabalhistas	15.574	7.332	(3.173)	(4.213)	-	15.520
Regulatório	46.595	6.799	-	(7.695)	1.958	47.657
Fiscal	180	46	(1)	-	3	228
Total	101.000	26.091	(9.612)	(18.837)	1.961	100.603

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2019 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$45.926 (R\$47.926 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$80.225 (R\$50.263 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$50.766 em 30 de junho de 2019 (R\$52.169 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de junho de 2019 os depósitos judiciais de R\$6.067 e R\$86.667, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.290 e R\$88.193, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$7.308 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades.

O saldo de R\$86.667 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$53.849 referente a processos cíveis, R\$15.400 referente a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$7.776 referente a ações trabalhistas, R\$6.588 referente a processos fiscais, e R\$3.054 referente a depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora.

### Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

## Notas Explicativas

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	10.304	280.305	183.667	134.900	193.971	415.205
Adições/Reversões	1.003	85.584	4.035	137.495	5.038	223.079
Utilizações	(4.405)	(186.771)	-	-	(4.405)	(186.771)
Ajuste a valor presente	47	1.519	5.948	13.354	5.995	14.873
Transferências	29.772	111.248	(29.772)	(111.248)	-	-
Saldo em 30.06.2019	36.721	291.885	163.878	174.501	200.599	466.386

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	26.639	178.542	154.284	283.501	180.923	462.043
Adições/Reversões	-	72.814	-	138.678	-	211.492
Utilizações	-	(260.728)	-	-	-	(260.728)
Ajuste a valor presente	46	956	2.725	11.246	2.771	12.202
Transferências	(18.759)	162.453	18.759	(162.453)	-	-
Saldo em 30.06.2018	7.926	154.037	175.768	270.972	183.694	425.009

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a taxa de desconto é de 7,30% ao ano para a provisão de manutenção.

A atual taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na ponderação de coeficientes como taxa interna de retorno, custo médio da dívida e taxa WACC - *Weighted Average Cost of Capital*. A administração entende que esta taxa, é a mais adequada aos aspectos econômicos dos negócios geridos pelo grupo.

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019 referente às manutenções realizadas foram de R\$181.368 (R\$259.013 em 30 de junho de 2018).

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.103.848 e está representado por 731.481.274 ações ordinárias sem valor nominal.

### Reserva legal e retenção de lucros - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2018 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2018 ter apresentado prejuízo líquido.

## 22. RECEITAS

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	701.248	1.401.020	674.287	1.421.291
Receita de serviços de construção	259.002	544.056	277.326	515.402
Outras receitas	13.795	23.838	9.564	19.269
Receita bruta	974.045	1.968.914	961.177	1.955.962
ISSQN	(35.574)	(70.966)	(34.027)	(71.835)
PIS	(4.637)	(8.515)	(4.580)	(9.617)
COFINS	(21.401)	(39.312)	(21.144)	(44.386)
Outras deduções	(217)	(348)	(434)	(551)
Receita líquida	<u>912.216</u>	<u>1.849.773</u>	<u>900.992</u>	<u>1.829.573</u>

### 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	Controladora			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(306)	(588)	2.700	2.331
Serviços de terceiros	(2.441)	(3.388)	(422)	(674)
Manutenção de bens e conservação	-	(5)	(15)	(34)
Consumo	8	(9)	(30)	(50)
Transportes	(2)	(3)	(23)	(35)
Seguros/Garantias	-	(5)	(32)	(66)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1)	(26)	(1)	(70)
Comunicação e marketing	(15)	(27)	(15)	(20)
Depreciação / Amortização	(4.202)	(8.310)	(2.430)	(4.805)
Outros	(89)	(129)	(345)	(461)
Total	<u>(7.048)</u>	<u>(12.490)</u>	<u>(613)</u>	<u>(3.884)</u>

  

	Consolidado			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(21.253)	(40.850)	(21.454)	(45.315)
Serviços de terceiros	(9.922)	(17.603)	(6.110)	(13.166)
Manutenção de bens e conservação	(3.917)	(6.005)	(3.462)	(6.746)
Consumo	(1.854)	(3.898)	(3.434)	(7.445)
Transportes	(383)	(676)	(690)	(2.114)
Seguros/Garantias	(67)	(133)	(51)	(111)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.733)	(6.359)	(13.760)	(16.610)
Comunicação e marketing	(1.446)	(2.597)	(1.982)	(4.344)
Indenizações à terceiros	(216)	(375)	(580)	(220)
Publicações legais	(269)	(1.838)	(145)	(1.667)
Depreciação / Amortização	(5.331)	(10.659)	(4.295)	(8.425)
Outros	(2.936)	(5.657)	(3.432)	(5.862)
Total	<u>(50.327)</u>	<u>(96.650)</u>	<u>(59.395)</u>	<u>(112.025)</u>

  

	Consolidado			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(44.590)	(85.153)	(41.935)	(83.565)
Serviços de terceiros	(40.523)	(79.929)	(48.995)	(99.004)
Conservação	(35.749)	(69.326)	(31.217)	(62.887)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.843)	(7.474)	(3.420)	(7.133)
Consumo	(8.084)	(15.773)	(7.500)	(15.341)
Transportes	(7.490)	(15.076)	(8.498)	(16.898)
Verba de fiscalização	(13.609)	(26.856)	(12.517)	(24.974)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(618)	(1.144)	(1.588)	(2.809)
Seguros / Garantias	(5.398)	(10.468)	(5.563)	(11.113)
Ônus variável	(5.680)	(10.908)	(5.459)	(11.582)
Provisão de manutenção em rodovias	(108.423)	(223.079)	(123.677)	(211.492)
Custos de serviços da construção	(259.002)	(544.056)	(277.326)	(515.402)
Depreciação / Amortização	(240.584)	(468.899)	(236.080)	(473.833)
Amortização da Outorga	(4.635)	(7.235)	(3.549)	(6.866)
Outros	1.829	(151)	(3.778)	(9.985)
Total	<u>(776.399)</u>	<u>(1.565.527)</u>	<u>(811.102)</u>	<u>(1.552.884)</u>



## Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	176.471	155.364
Juros capitalizados	43.160	40.188
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(384.656)	(434.702)

### 26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(44.190)	(85.436)	(69.632)	(77.031)
Número de ações durante período	731.481	731.481	729.978	728.207
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,0604)</u>	<u>(0,1168)</u>	<u>(0,0954)</u>	<u>(0,1058)</u>
	Consolidado			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(43.915)	(84.067)	(67.298)	(72.365)
Número de ações durante período	731.481	731.481	729.978	728.207
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,0600)</u>	<u>(0,1149)</u>	<u>(0,0922)</u>	<u>(0,0994)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	Controladora			
		30.06.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	3.575	-	245.227	-
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	1.860.394	-	1.761.536
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	9.459	-	11.810	-
Dividendos a receber	Nível 2	-	4.480	-	7.532
Outros Créditos	Nível 2	-	813	-	494
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	-	195.078	-	195.653
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	960.362	-	907.998
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	4.731	-	8.237	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	2.422	-	-
Debêntures	Nível 2	-	1.646.711	-	1.637.668
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	5.684	-	4.720
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.860	-	4.199
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	9.533	-	-
		<u>8.303</u>	<u>956.963</u>	<u>248.800</u>	<u>980.676</u>

## Notas Explicativas

	Nível	Consolidado			
		30.06.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	946.893	-	1.038.259	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	160.453	-	140.822
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	288	-	818
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	9.459	-	11.810	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	117.871	-	118.296	-
Outros Créditos	Nível 2	-	23.997	-	19.146
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	3.465.318	-	3.599.760
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	9.357	-	20.909
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	-	195.078	-	195.653
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	4.731	-	8.237	-
Debêntures	Nível 2	-	3.762.663	-	3.371.842
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	226.362	-	274.172
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	5.211	-	4.204
Credores pela concessão	Nível 2	-	263.009	-	260.363
Outras contas a pagar	Nível 2	-	65.418	-	48.758
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	87.801	-	-
		<u>1.069.492</u>	<u>7.895.479</u>	<u>1.160.128</u>	<u>7.614.875</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48 e IFRS 9.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

### Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

## Notas Explicativas

### Estimativa de valor justo

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referencia	Valor justo do instrumento - ganho (perda)	Índice do banco		Índice da Sociedade	
			Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	195.408	4.728	US\$	Variação cambial + 4,31% a.a.	R\$	CDI+1,15% a.a.

### Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em "financeiros". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o contrato aberto de "swap" possui vencimento em setembro de 2020 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 25 de setembro de 2018.

	Controladora / Consolidado			
	30.06.2019		31.12.2018	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	195.408	198.507	195.990	198.258
Total	<u>195.408</u>	<u>198.507</u>	<u>195.990</u>	<u>198.258</u>
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	191.143	193.779	191.087	194.685
Total	<u>191.143</u>	<u>193.779</u>	<u>191.087</u>	<u>194.685</u>
Instrumento financeiro derivativo líquido	<u>4.265</u>	<u>4.728</u>	<u>4.903</u>	<u>3.573</u>

A operação de "swap" financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 30 de junho de 2019, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

## 28. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:



## Notas Explicativas

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso.

Em 30 de junho de 2019, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$195.078 (R\$195.653 em 31 de dezembro de 2018). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap".

### Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

#### Controladora/Consolidado

Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	195.078
Valor da curva do derivativo financeiro	<u>191.143</u>
Exposição cambial líquida	<u><u>3.935</u></u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Risco da sociedade	Controladora		
		Efeito no lucro antes da tributação		
		Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	3.935	4.919	5.903

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 30 de junho de 2019, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (4,83 R\$/US\$) e de 50% (5,80 R\$/US\$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

## Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.

Controladora			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(187.391)	(224.603)	(261.816)
Receita de aplicações financeiras	4.290	5.362	6.435
Receita financeira de mútuo (*)	124.819	150.500	176.178
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(58.282)	(68.741)	(79.203)
IPCA	3,91%	4,89%	5,87%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(16.477)	(18.316)	(20.156)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(16.477)	(18.316)	(20.156)
Juros a incorrer líquido	(74.759)	(87.057)	(99.359)
Consolidado			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures	(182.855)	(219.968)	(257.079)
Receita de aplicações financeiras	65.769	82.327	98.796
Juros a incorrer - Notas Promissórias (*)	(84.206)	(94.277)	(104.347)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(201.292)	(231.918)	(262.630)
TJLP	6,26%	7,83%	9,39%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(263.430)	(309.320)	(355.211)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(263.430)	(309.320)	(355.211)
IPCA	3,91%	4,89%	5,87%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(38.417)	(42.225)	(46.034)
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(59.309)	(66.548)	(73.787)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(97.726)	(108.773)	(119.821)
Juros a incorrer líquido	(562.448)	(650.011)	(737.662)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

### c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2019 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$136.556 (R\$125.393 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

## Notas Explicativas

### d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora					Total
		2019	2020	2021	2022	2022 em diante	
Capital de giro	7,72%	7.186	201.532	-	-	-	208.718
Partes relacionadas	7,56%	159.399	373.254	213.855	213.855	-	960.362
Debêntures - CDI	8,20%	58.701	115.064	842.176	784.878	-	1.800.819
Debêntures - IPCA	9,61%	8.852	8.954	9.095	396.297	-	423.198
Fornecedores e caucões contratuais	-	5.684	-	-	-	-	5.684
Fornecedores partes relacionadas	-	-	2.422	-	-	-	2.422
Outras contas a pagar	-	2.860	-	-	-	-	2.860
		<u>242.682</u>	<u>701.226</u>	<u>1.065.126</u>	<u>1.395.030</u>	-	<u>3.404.063</u>

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora				Total
		01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	
Capital de giro	7,72%	7.186	-	6.959	-	14.145
Partes relacionadas	7,56%	79.700	79.699	186.627	93.313	439.339
Debêntures - CDI	8,20%	-	58.701	-	57.298	115.999
Debêntures - IPCA	9,61%	-	8.852	-	-	8.852
Fornecedores e caucões contratuais	-	5.684	-	-	-	5.684
Outras contas a pagar	-	2.860	-	-	-	2.860
		<u>95.430</u>	<u>147.252</u>	<u>193.586</u>	<u>150.611</u>	<u>586.879</u>

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado					Total
		2019	2020	2021	2022	2022 em diante	
BNDES Automático	7,95%	271.933	556.545	566.243	564.264	1.651.131	3.610.116
Capital de giro	9,51%	16.610	864.172	-	-	-	880.782
Finame	7,35%	26.841	58.373	58.109	57.868	155.785	356.976
Debêntures - CDI	9,58%	448.846	356.760	877.449	912.545	424.909	3.020.509
Debêntures - IPCA	8,09%	349.546	69.010	91.936	506.628	745.101	1.762.221
Fornecedores e caucões contratuais	-	223.850	2.512	-	-	-	226.362
Credores pela concessão	-	262.287	722	-	-	-	263.009
Outras contas a pagar	-	64.747	671	-	-	-	65.418
		<u>1.664.660</u>	<u>1.908.765</u>	<u>1.593.737</u>	<u>2.041.305</u>	<u>2.976.926</u>	<u>10.185.393</u>

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado				Total
		01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	
BNDES Automático	7,95%	135.565	136.368	136.369	136.369	544.671
Capital de giro	9,51%	16.610	-	6.959	-	23.569
Finame	7,35%	13.421	13.420	18.111	13.420	58.372
Debêntures - CDI	9,58%	92.094	356.751	-	281.070	729.915
Debêntures - IPCA	8,09%	-	351.988	1.514	62.246	415.748
Fornecedores e caucões contratuais	-	180.616	40.793	4.438	515	226.362
Credores pela concessão	-	259.550	2.737	722	-	263.009
Outras contas a pagar	-	63.708	1.039	652	19	65.418
		<u>761.564</u>	<u>903.096</u>	<u>168.765</u>	<u>493.639</u>	<u>2.327.064</u>

## Notas Explicativas

### 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

#### a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	30.06.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	1.849.779	36.573	1.886.352	(36.579)	1.849.773
Custos	(1.569.930)	(29.093)	(1.599.023)	33.496	(1.565.527)
Lucro bruto	279.849	7.480	287.329	(3.083)	284.246
Despesas gerais e administrativas	(95.806)	(6.346)	(102.152)	(6.716)	(108.868)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.333	764	3.097	424	3.521
Receitas financeiras	61.103	202	61.305	(27.273)	34.032
Despesas financeiras	(285.419)	(154)	(285.573)	(15.707)	(301.280)
Variação cambial líquida	(1)	-	(1)	493	492
Prejuízo operacional antes dos impostos	(37.941)	1.946	(35.995)	(51.862)	(87.857)
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(70.106)	-	(70.106)	(65)	(70.171)
Diferidos	74.666	-	74.666	(705)	73.961
Prejuízo do líquido do período	<u>(33.381)</u>	<u>1.946</u>	<u>(31.435)</u>	<u>(52.632)</u>	<u>(84.067)</u>

#### b) Balanços por segmento

Ativos	30.06.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	940.834	1.198	942.032	4.861	946.893
Contas a receber	159.573	880	160.453	-	160.453
Contas a receber partes relacionadas	320.628	27.084	347.712	(347.424)	288
Outros circulantes	73.291	24.700	97.991	51.710	149.701
Total circulante	<u>1.494.326</u>	<u>53.862</u>	<u>1.548.188</u>	<u>(290.853)</u>	<u>1.257.335</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	117.871	-	117.871	-	117.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos	555.170	17.613	572.783	32	572.815
Outros não circulantes	769.788	2.434	772.222	(591.341)	180.881
Direito de uso (IFRS 16)	75.985	782	76.767	9.352	86.119
Imobilizado	28.914	16.783	45.697	11.134	56.831
Intangível	13.080.032	2.713	13.082.745	41.124	13.123.869
Diferido	93	-	93	(93)	-
Total não circulante	<u>14.627.853</u>	<u>40.325</u>	<u>14.668.178</u>	<u>(529.792)</u>	<u>14.138.386</u>
Total dos ativos	<u>16.122.179</u>	<u>94.187</u>	<u>16.216.366</u>	<u>(820.645)</u>	<u>15.395.721</u>

## Notas Explicativas

Passivos	30.06.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	978.686	-	978.686	6.599	985.285
Debêntures	890.838	-	890.838	27.366	918.204
Fornecedores e cauções	216.348	5.072	221.420	4.942	226.362
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	27.719	742	28.461	3.274	31.735
Obrigações sociais e fiscais	90.051	5.340	95.391	35.398	130.789
Credores pela concessão	263.009	-	263.009	-	263.009
Dividendos Propostos	8.382	-	8.382	(8.382)	-
Provisão Manutenção/investimentos	328.606	-	328.606	-	328.606
Outros circulantes	1.174.797	2.266	1.177.063	(1.106.734)	70.329
Total circulante	<u>3.978.436</u>	<u>13.420</u>	<u>3.991.856</u>	<u>(1.037.537)</u>	<u>2.954.319</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.495.989	-	2.495.989	193.210	2.689.199
Debêntures	1.225.114	-	1.225.114	1.619.345	2.844.459
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	49.751	56	49.807	6.259	56.066
Provisão manutenção/investimentos	338.379	-	338.379	-	338.379
Outros não circulantes	906.487	4.108	910.595	(771.310)	139.285
Total não circulante	5.015.720	4.164	5.019.884	1.047.504	6.067.388
Patrimônio líquido	<u>7.128.023</u>	<u>76.603</u>	<u>7.204.626</u>	<u>(830.612)</u>	<u>6.374.014</u>
Total dos passivos	<u>16.122.179</u>	<u>94.187</u>	<u>16.216.366</u>	<u>(820.645)</u>	<u>15.395.721</u>

### 30. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2019, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	-	640.576
	Responsabilidade civil	20.267	28.953	24.610	-	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	111.869	155.233	175.953	140.023	713.443
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680	104.086	177.750	188.382	142.870

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$75.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em 30 de junho de 2019, o valor dessas garantias é de R\$270.337 (R\$155.574 em 31 de dezembro de 2018) provenientes de autos de

## Notas Explicativas

infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

A Autovias e Vianorte contrataram apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R\$100.000 cada uma, referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Autovias

Às 24 horas do dia 03 de julho de 2019 a Sociedade realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, nos próximos seis meses a Sociedade continuará com as tratativas junto à Artesp e DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão.

No dia 22 de julho de 2019 a Sociedade recebeu da Arteris S/A R\$5.000 referente ao pagamento parcial dos juros acumulados sobre contrato de mútuo celebrado em 25 de junho de 2014.

#### Centrovias

Por meio dos Termos Aditivos e Modificativo nº 16, de 26 de fevereiro de 2019, e nº 17 de 02 de agosto de 2019, foi reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2018. Os referidos termos oficializaram a prorrogação de prazo em um total de 77 dias a contar da data de 19 de junho de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 3 de setembro de 2019.

#### Intervias

Em 5 de julho de 2019 a Sociedade pagou R\$50.000 de principal e R\$218 de juros totalizando R\$50.218 referente ao pagamento parcial do saldo da 6ª Emissão de Debênture Privada celebrada com a Arteris S/A.

Em 22 de julho de 2019 a Sociedade pagou R\$30.000 de principal e R\$178 de juros totalizando R\$30.178 referente ao pagamento parcial do saldo da 6ª Emissão de Debênture Privada celebrada com a Arteris S/A.

#### Vianorte

No dia 22 de julho de 2019 a Sociedade recebeu da Arteris S/A R\$200 referente ao pagamento parcial dos juros acumulados sobre contrato de mútuo celebrado em 02 de maio de 2013.

#### ViaPaulista

Em 04 de julho de 2019 foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359/ARTESP/2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia

## Notas Explicativas

SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 10+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2018.

Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da segunda e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.464 ao Poder Concedente.

Em 30 de julho de 2019, a Sociedade obteve a 1ª liberação dos Sub-créditos "1 "2" e "5" no valor de R\$438.418, referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Em 6 de agosto de 2019, a Sociedade pagou o valor de R\$301.879 referente a quitação da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão de Debêntures CDI.

### Planalto Sul

Em 19 de julho de 2019, a sociedade aprovou um aumento de capital no valor de R\$30.000 mediante a emissão de 61.224.490 novas ações, com isso ficou pendente de integralizar o valor de R\$49.500, que será integralizado em até 12 meses a partir desta data.

### Fluminense

Em 03 de julho de 2019 foi prorrogado pelo período adicional de dois anos a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada.

### Litoral Sul

A Ata Geral Ordinária e Extraordinária de 01 de abril de 2019, aprovou a prorrogação das debêntures pelo período adicional de dois anos contado da data de vencimento, sendo assim, a 4ª emissão com vencimento em 03.07.2019 foi prorrogada para 03.07.2021.

Em 05 e 22 de julho de 2019 e em 05 de agosto de 2019, a Sociedade recebeu recurso oriundo da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures nos montantes de R\$5.500, R\$15.000 e R\$6.500 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

### Integralizações de capital social

A seguir relação de integralizações de capital social ocorridas após o período findo em 30 de junho de 2019:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.07.2019	AGE	Planalto Sul	500
22.07.2019	AGE	Planalto Sul	7.500
05.07.2019	AGE	Fluminense	11.500
22.07.2019	AGE	Fluminense	5.500
05.08.2019	AGE	Fluminense	3.000
22.07.2019	AGE	Fernão Dias	10.000
05/08/2019	AGE	Fernão Dias	2.000
			40.000

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da

Arteris S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e dessas informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfases

Continuidade das operações das controladas Centrovias S.A., Autovias S.A. e Vianorte S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias, que indica que a controlada Centrovias S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 3 de setembro de 2019. Esta situação indica que essa companhia entrará em um processo de dormência em função do referido assunto após encerramento da concessão. A controlada Centrovias S.A. possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. As controladas Autovias S.A e Vianorte S.A. detiveram a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos que se encerraram em 3 de julho de 2019 e 17 de maio de 2018, respectivamente. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

#### Diferença entre práticas contábeis nas informações financeiras intermediárias individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), aplicáveis às informações financeiras intermediárias consolidadas no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada no dia 13 de agosto de 2019, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 2º trimestre de 2019.

São Paulo, 13 de agosto de 2019.

Luiz Gustavo Rodrigues Pereira

Conselheira

Gustavo Moraes Atensia

Conselheiro

## **Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A

REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da

Arteris S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e dessas informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Continuidade das operações das controladas Centrovias S.A., Autovias S.A. e Vianorte S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias, que indica que a controlada Centrovias S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 3 de setembro de 2019. Esta situação indica que essa companhia entrará em um processo de dormência em função do referido assunto após encerramento da concessão. A controlada Centrovias S.A. possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. As controladas Autovias S.A e Vianorte S.A. detiveram a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos que se encerraram em 3 de julho de 2019 e 17 de maio de 2018, respectivamente. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Diferença entre práticas contábeis nas informações financeiras intermediárias individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), aplicáveis às informações financeiras intermediárias consolidadas no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2019.  
São Paulo, 13 de agosto de 2019.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Linomar Barros Deroldo

Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativos ao período social em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 13 de agosto de 2019.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Linomar Barros Deroldo

Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações